

Linha do tempo

A história do Projeto de Lei 4385/94

1994

Marluce Pinto apresenta no Senado PL que desobriga drogarias e ervanários de manterem responsáveis técnicos farmacêuticos, atribuindo essa tarefa a oficiais ou auxiliares de farmácia com curso profissionalizante ou 2º grau. Também restringe função dos profissionais farmacêuticos à manipulação de fórmulas magistrais. Apensa os projetos 5367/90, que dispõe sobre a assistência farmacêutica e a atividade profissional do farmacêutico; 2640/92, acerca do exercício e das atividades farmacêuticas; e 3146/92, que permite aos práticos e oficiais exercerem responsabilidade técnica de farmácias e drogarias). Na tentativa de reverter o quadro, farmacêuticos ajudam a construir substitutivo do Dep. Zaire Resende. Ao final do ano, ainda apensa o PL 4733/94, que possibilita que um mesmo farmacêutico seja responsável por até 3 drogarias.

1995

Apensa projeto 305/95, que isenta farmácias e drogarias da obrigatoriedade de responsável técnico caso não haja farmacêutico residente no município; e 409/95, que exige técnico farmacêutico em farmácias e drogarias. Tramita pelas comissões da Casa, recebendo ainda diversas emendas

1996

PL tramita pelas comissões e apensa projeto 2414/95

1997

Farmacêuticos mobilizados derrubam PL Marluce Pinto. Substitutivo do dep. Ivan Valente, elaborado em conjunto com a classe farmacêutica, altera proposta integralmente estabelecimentos ao SUS e obriga farmácias a terem ao menos um profissional durante todo o período de atendimento



PL com substitutivo do Dep. Ivan Valente apensa outros dois projetos: 4223/98, que obriga a presença do farmacêutico responsável durante todo o horário de funcionamento das farmácias e em horário parcial nas drogarias; e 4742/98, que dispõe sobre o registro das unidades de produção, manipulação e distribuição de medicamentos junto ao respectivo Conselho Regional de Farmácia

Apensa o PL 416/99, que estabelece período de permanência mínima diária de quatro horas para o responsável técnico na farmácia, o PL 532/99, que admite o prático ou oficial de farmácia como responsável por drogarias ou farmácias varejistas, o PL 805/99, que obriga a presença do técnico responsável durante o horário de funcionamento das farmácias; o PL 1956/99, que inclui o conceito de farmácia de manipulação, diferenciando-o do conceito de farmácia e drogaria; e o PL 2108/99, que assegura a inexistência de inscrição de pessoas jurídicas junto aos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia

Apensa o PL 251/95, que isenta a anuidade das empresas que exploram serviços farmacêuticos; e o PL 1703/99, que dispõe sobre a dispensação de medicamentos antimicrobianos. Projeto é aprovado por todas as comissões da Casa, e ainda apensa os PLs 2746/2000, que institui normas para a comercialização e propaganda de medicamentos; e 3427/2000, que dispõe que os órgãos de vigilância sanitária podem delegar poderes ao conselho regional de farmácia para fiscalização do comércio de medicamentos

Depois de passar dois anos praticamente parado, PL apensa o projeto 1080/2003, que altera a Lei 5991/73 e faculta ao farmacêutico a prestação de serviço em até quatro unidades comerciais, que logo em seguida, é desapensado



Substitutivo do dep. Ivan Valente é atualizado conforme orientação da categoria farmacêutica. PL apensa projetos 3922/2004, que possibilita concessão de responsabilidade técnica das drogarias a técnicos, práticos e oficiais de farmácia; e 3042/2004, que dispõe sobre a abertura de drogarias

Projeto apensa PL 6435/05, que dispõe sobre o âmbito da profissão farmacêutica

Farmacêuticos catarinenses lançam campanha Farmácia Estabelecimento de Saúde buscando alertar a sociedade para a importância do projeto. Dep. Alice Portugal requer desapensação dos PLs 6435/05, 5367/90 e 4385/94, mas pedido é indeferido. Projeto é republicado considerando as alterações



Campanha Farmácia Estabelecimento de Saúde ganha o país através dos conselhos, sindicatos e Fenafar. Diversos deputados solicitam desarquivamento, mas mesa da Câmara indefere o pedido. E apensado ao PL 1719/07 (que altera a lei sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos). Em dezembro, deputados têm novamente negada solicitação de inclusão do projeto na pauta



Após inúmeras articulações, categoria mobilizada toma as ruas de Brasília e motiva criação da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Farmacêutica, com adesão de mais de 130 deputados. Farmacêuticos obtêm compromisso de votação da matéria. Somente no final de novembro PL entra na pauta em regime de prioridade e recebe duas emendas que deturpam completamente a proposta. Ao final do ano, das quatro comissões que analisam a matéria, uma aprovou parecer pela rejeição das emendas, uma tem parecer da relatoria pela rejeição (resta votação), uma aguarda relatório e a última aprovou as emendas. Ano acaba sem votação.

1998

1999

2000

2003

2004

2005

2006

2007

2008

Farmácia Estabelecimento de Saúde



Uma articulação da Fenafar inclui o projeto entre as matérias prioritárias para votação, escolhidas pelos líderes de bancada em março. Em 7 de abril, dia mundial da saúde, a Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Farmacêutica e a Fenafar recebem deputados para um café-da-manhã a fim de sensibilizar as bancadas para a importância de aprovar a proposta.

Projeto passa o ano inteiro sem movimentação. Apenas em novembro volta à pauta e em regime de urgência, mas acaba apagado pelo excesso de demandas do final do ano e, mais uma vez, não vai a plenário.

2010

2009